

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

**Tecnologias Sociais e Qualidade de Vida em Habitações Populares: as Hortas Comunitárias
no Programa Minha Casa Minha Vida**

GIOVANNA CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA

Orientadora: Profa Dra Zilma Borges

São Paulo - SP

2020

Tecnologias Sociais e Qualidade de Vida em Habitações Populares: as Hortas Comunitárias no Programa Minha Casa Minha Vida

Resumo

Este trabalho articula os temas da agricultura urbana e das habitações populares, discutindo a ampliação da qualidade de vida neste tipo de moradia. Buscou-se analisar a utilização de hortas comunitárias como um tipo de tecnologia social que tem como proposta a ampliação da qualidade de vida em conjuntos habitacionais populares. Para isto, foi analisada a iniciativa de implementação de hortas comunitárias efetivada pelo Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social (MUTS), investigando o modelo de implementação, a participação dos moradores, os benefícios, dificuldades e demandas geradas. Foi realizada revisão bibliográfica para compreensão das concepções inerentes à moradia digna no Brasil e discussão das possibilidades de tecnologias sociais contribuírem para alcançar melhorias neste sentido. Por meio de análise documental e entrevistas, buscou-se compreender o cenário ao qual os moradores dos conjuntos do MCMV estão imersos para problematizar a implementação das hortas. Entre os resultados obtidos identificou-se que as hortas comunitárias conseguem promover benefícios à saúde e vivência comunitária, quando há o envolvimento do poder público e de organizações da sociedade civil estes benefícios se ampliam para além dos muros dos empreendimentos. As iniciativas do MUTS trouxeram ganhos sociais aos empreendimentos e às comunidades, sendo replicáveis para demais contextos a partir do interesse por desenvolvimento local por atores estatais e além destes.

Palavras-chaves

Hortas Comunitárias Urbanas, Habitação Popular, Moradia Digna, Programa Minha Casa Minha Vida, Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social.

1. Introdução

Este projeto de pesquisa tem como interesse central discutir as perspectivas de melhoria de qualidade de vida em habitações populares e analisar as possibilidades de implementação de hortas comunitárias com esta finalidade.

A implantação de hortas comunitárias vêm sendo disseminada nos centros urbanos em diversos países, dentro de um tema mais amplo que envolve a agricultura urbana e periurbana e a relação entre produção e consumo de alimentos (PORTO, 2017). No contexto brasileiro este fenômeno envolve também perspectivas de contribuir para a revisão da função social da terra, com o aproveitamento de terrenos baldios e outros espaços públicos além de funcionar como resposta para demandas sustentáveis nos grandes centros urbanos. A criação de hortas comunitárias pode surgir visando a constituição de um espaço de plantio com finalidades de consumo próprio, de geração de renda ou de criação de áreas verdes no ambiente local, entre outras finalidades.

Estas iniciativas geram não só resultados positivos em relação a alimentação da comunidade e sua integração social, mas também melhorias na qualidade do ar, diminuição da poluição e o aumento da umidade do ambiente. Ao integrar a agricultura nos centros urbanos pode-se criar um sistema envolvendo os aspectos econômicos, sociais e ecológicos locais, gerando impactos positivos na sociedade a depender do grau de integração deste sistema. Segundo Mougeot (2000), esta integração envolve o grau da utilização dos recursos urbanos (trabalho, terra, água e resíduos orgânicos, etc), sobre os impactos causados em relação à saúde, segurança, educação, a redução da pobreza e a ressignificação de espaços verdes na sociedade.

Quando se analisa o acesso à alimentação saudável em habitações populares que estão na periferia de grandes centros urbanos (ROLNIK, 2015), encontra-se um cenário de dificuldade e distanciamento, que amplia problemas de saúde e segurança alimentar. Este é um fator chave para a discussão que se pretende desenvolver nesta pesquisa, ao se considerar que a introdução de hortas comunitárias também pode integrar uma concepção de planejamento urbano e ambiental na sociedade, se aproximando de uma concepção de *livable cities* (MONTFORT; MICHELS, 2019). Esta concepção discute como tornar as cidades, onde estão concentradas hoje 70% da população mundial, mais habitáveis a partir de conexões e

parcerias entre atores públicos, privados e a população. As dimensões que os autores retratam sobre a habitabilidade das cidades são criadas a partir de um contexto ambiental e espacial capaz de promover cidades mais verdes, além de uma dimensão de justiça social por meio do acesso à habitação de qualidade.

Um ponto relevante que se quer destacar nesta concepção de planejamento urbano e ambiental é a geração de uma cidade mais habitável para todos, mas sem aumentar o déficit habitacional. Este déficit representava cerca de 6,36 milhões de moradias no Brasil em 2015 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018). Projetos de melhorias urbanas que não dão atenção à estas questões tendem a gerar um aumento no preço dos imóveis do entorno, elevando a migração dos residentes para lugares mais distantes, em um processo de gentrificação que ampliam a desigualdade social.

Um exemplo de iniciativa que busca lidar com este processo de habitabilidade nas cidade é o Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social (MUTS), como parte de um programa fomentado pela Fundação Banco do Brasil de 2014 a Março de 2020, com a finalidade de incentivar propostas de tecnologias sociais criativas existentes no Brasil e apoiar a sua implementação de acordo as necessidades locais e interesse dos moradores dos conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida, financiados pelo Banco do Brasil.

O projeto envolveu dentre suas iniciativas, a organização de espaços de convívio entre os moradores para o plantio de legumes e verduras. Também propõe a busca por uma nutrição equilibrada, atribuição de atividades sociais, produção de alimentos sem agrotóxicos, possibilidade de geração de renda e redução de gastos com alimentos *in natura* e comidas industrializadas. Foi apresentado também como uma forma de atendimento das metas 10 e 11 dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, como instrumento de redução das desigualdades e promoção de cidades e comunidades sustentáveis.

Considerando a problematização acima apresentada, as questões que direcionaram esta pesquisa indagam sobre as possibilidades de contribuição e limites das hortas comunitárias em conjuntos habitacionais populares. Quais são as variáveis a serem consideradas para a implementação, êxito e continuidade do Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social? Para responder a estas questões definiu-se como objetivo central analisar os resultados gerados e perspectivas para a implementação de hortas comunitárias em conjuntos

habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, com foco no Projeto de Moradia com Tecnologia Social (MUTS). Como objetivo complementar, buscou-se analisar os fatores que favorecem e os que limitam a replicabilidade do MUTS nos conjuntos habitacionais.

O estudo foi realizado a partir de revisão bibliográfica para compreensão das concepções inerentes à moradia digna no Brasil e discussão das possibilidades de hortas comunitárias em contribuir para alcançar melhorias neste sentido. Junto à isto, foi realizado um estudo exploratório sobre aspectos das condições de vida no Programa Minha Casa Minha Vida, por meio da participação no programa de imersão Conexão Local oferecido pela FGV. A imersão foi realizada no Município de Novo Hamburgo (RS) em 2019. À seguir, por meio de análise documental e entrevistas buscou-se compreender o contexto no qual os moradores dos conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida estão imersos para problematizar a implementação do projeto.

Estruturalmente este texto se inicia com a discussão de moradia digna e aspectos que o envolvem. Em seguida, apresenta um panorama da agricultura urbana na cidade de São Paulo para elucidar as propostas de horta comunitária e suas funções na relação com as condições de vida e habitação. Por fim apresenta-se e discute-se a perspectiva das hortas comunitárias como tecnologia social, analisando o Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social nos conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

2. Referencial Teórico

2.1 Direito à moradia no Brasil

O déficit de habitação é um dos principais problemas contemporâneos do Brasil, que chega a 6,36 milhões de moradias em 2015 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018), sendo intensificado a partir da crescente migração da população rural para o meio urbano, que representa, segundo o levantamento do IBGE em 2010, cerca de 17% e 76% respectivamente. Outro grande problema central do país ligado a esta questão é a desigualdade de renda — evidente no Índice de Gini, que se encontra na escala de 0,6257 em março de 2019 — e a periferização das áreas urbanas.

Em diversas cidades a população que mora distante dos grandes centros urbanos, está inserida em ambientes com más condições de qualidade de vida. Com baixos índices de cobertura de saneamento básico, de acesso a equipamentos públicos e dificuldades de locomoção. Houve um incentivo na criação de uma agenda pública, gerando um debate sobre a necessidade de garantir o direito à moradia digna a todos e o acesso a serviços públicos.

Existem diferentes percepções da definição de *moradia digna*, sendo considerada nesta pesquisa a concepção da ONG *Habitat para a Humanidade Brasil* — organização global que atua na promoção da moradia digna como direito à todos:

Uma *moradia adequada* oferece mais segurança e salubridade, contribuindo para o desenvolvimento da família e da comunidade. Melhora a saúde e as condições físicas, possibilitando que crianças e jovens melhorem seu rendimento nos estudos. Apoia a criação de consciência e responsabilidade ambiental com a adoção de práticas sustentáveis. Uma moradia adequada é o primeiro passo para a busca por melhores oportunidades.

O estabelecimento de moradia como um direito fundamental foi apresentado no século XX, em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê a todos os países ratificados que garantam aos seus cidadãos independente da renda, cor, raça e gênero o acesso à moradia.

Artigo XXV 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2020).

No Brasil, essa concepção é reforçada pela Constituição Federal como um direito social fundamental, que além da incorporação na legislação, pensando numa lógica de desenvolvimento social, a moradia acaba sendo um fator determinante para a reprodução da sociedade, uma vez que está associada a classes sociais, podendo-se assim, observar discrepâncias entre indivíduos e suas residências a cada localidade.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

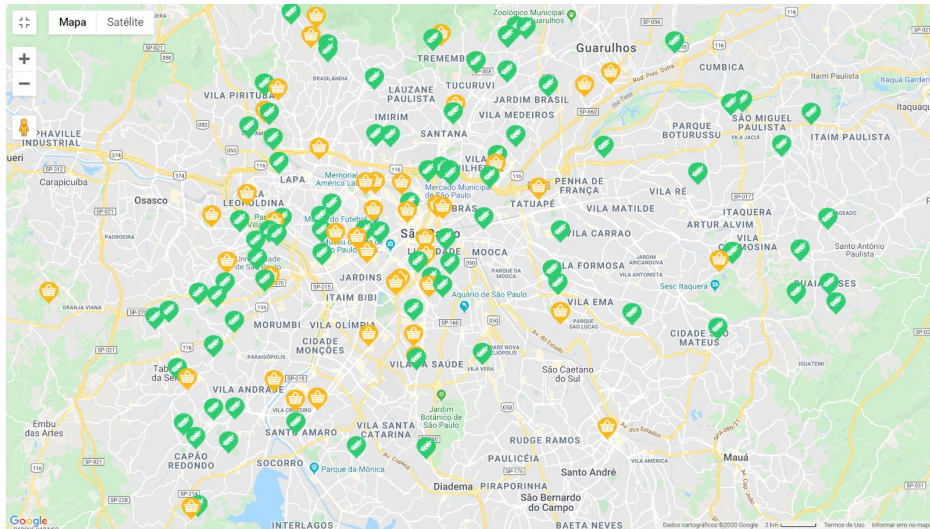
Em um país socialmente desigual como o Brasil, a população mais vulnerável acaba tendo menores condições em relação a manutenção de suas moradias, ou até são desprovidas das mesmas, aumentando o déficit habitacional e com consequências multidimensionais atreladas a pobreza. Dessa forma, para além da atuação do Estado na garantia do direito à moradia, movimentos sociais tem sido um dos atores importantes no cenário nacional, fortalecendo a luta pela moradia digna e pela superação do déficit habitacional.

Alguns movimentos sociais em atuação neste campo hoje no Brasil e especialmente em São Paulo, são o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), que luta por moradia digna incluindo nesta concepção o direito à educação, atendimento à saúde, transporte público e a infraestrutura básica. O MTST atua a partir da ocupação de terras urbanas, na participação de Conselhos e negociações de projetos com os governos. Outro ator importante é a União dos Movimentos de Moradia (UNMP), que tem como princípios a defesa do direito à moradia e à cidade a partir da participação popular, com o objetivo de articular e fomentar movimentos de moradia no Estado de São Paulo e fortalecer a implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. E por último, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, que juntamente com a UNMP tiveram influência na elaboração do Programa Minha Casa Minha Vida, e lutam até hoje para a ampliação do programa. Além deles, existem diversos grupos representativos de lutas sociais que atuam em demandas ligadas à estas temáticas, sendo citadas na presente pesquisa alguns de destaque na luta por moradia, para reforçar a sua contribuição nos avanços obtidos no país neste campo e o tipo de demanda que incorporam à questão da moradia digna.

2.2 Agricultura Urbana e Periurbana e Hortas Comunitárias

A expansão da agricultura urbana e periurbana (AUP) nos centros urbanos não é algo recente na sociedade. Surge como uma atividade multifuncional localizada em pequenos polos espalhados nas áreas centrais ou periféricas dos grandes centros como forma de melhorar a qualidade de vida da população. Dessa forma, segundo Melo (2016) a disseminação de hortas urbanas e periurbanas estimula a geração de renda da comunidade, a preservação ambiental em relação a poluição gerada nos grandes centros e a mudança dos hábitos alimentares, gerando uma maior segurança alimentar e nutricional (MACHADO; MACHADO, 2002). Este processo também estimula uma ressignificação do meio, pois cria-se novas formas de convivência dos habitantes e da reestruturação da área em questão, que pode encontrar-se degradada e gerando malefícios ao ambiente.

A depender de onde estas áreas se encontram, diferentes resultados podem ser vistos no meio. Tomando como exemplo a cidade de São Paulo, esta é um importante pólo urbano, que possui diferentes iniciativas de implementação de hortas, em praças, nos tetos de edifícios, e em parques, por iniciativa da prefeitura e também pela ação da comunidade nas escolas, nas praças do bairro e em suas próprias residências. No entanto, ao observar as áreas periféricas, identifica-se uma menor intensidade dessas iniciativas. De acordo com mapa elaborado em 2020 pelo *MUDA SP* — movimento que atua pela mudança da relação que a sociedade tem com o meio através da agroecologia —, pode-se observar que as áreas centrais possuem uma maior concentração de atividades como hortas (pontos com desenho de uma planta) e vendas de orgânicos (pontos com cestas). sendo grandes pontos de distribuição de alimentos, como mercados, feiras livres e restaurantes de *fast food*, estando em menor proporção nas áreas distantes dos grandes centros, além de mais distantes entre si.



Fonte: MUDA SP, 2020

Um estudo realizado pela Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE) em 2019, reforça a necessidade de distribuição de alimentos saudáveis pela capital, podendo ser identificado no mapa “Onde tem comida em São Paulo”, em que há o levantamento sobre a localização de feiras livres, mercados municipais, mercados, sacolões municipais, feiras de produtos orgânicos e *fast foods*.



Fonte:SMDTE (Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo), 2019.

Esse aspecto se relaciona ao cenário de desigualdade social presente na cidade de São Paulo, onde áreas mais abastadas possuem maior acesso a equipamentos públicos (parques, museus, cinema etc) e a serviços, como saúde, educação e trabalho. Isto pode ser visto no Mapa da Desigualdade de 201 — levantamento anual dos 96 distritos da capital sobre as localidades mais desprovidas de serviços e equipamentos públicos — da *Rede Nossa São Paulo* (RNSP), em que por exemplo, cerca de 53 distritos não possuem espaços culturais, 42 não possuem teatros, 11 não possuem equipamentos de esporte e 18 distritos não possuem leitos hospitalares.

Este cenário traz para o debate a questão de como garantir às áreas periféricas o acesso aos serviços básicos e à equipamentos públicos, juntamente com projetos de ampliação do acesso a alimentos saudáveis, como os de incentivo a criação de hortas, uma vez que a desigualdade social é multifacetada nesta região. Levando igualmente em consideração que os conjuntos do MCMV também se concentram segregadas das áreas centrais das cidades, o caso da cidade de São Paulo não é único e ilustra uma discussão que tem ganhado evidência no campo da agricultura urbana, para ampliação do acesso a alimentos saudáveis, de áreas verdes e a aproximação entre a produção e consumo de alimentos. (ROLNIK, 2015).

2.3 Hortas Comunitárias como Tecnologias Sociais

As Tecnologias Sociais (TSs) surgem como um rompimento no processo incansável de criação de novas tecnologias que retroalimentam o sistema capitalista, estas últimas são advindas dos países desenvolvidos economicamente e possuem um papel importante no estabelecimento de um *status quo*, em que os países periféricos possuem um relacionamento de dependência tecnológica e econômicas destes primeiros.

Por outro lado, a proposta das TSs leva em consideração os contextos sociais, culturais, políticos e econômicos dos países e suas diferenças regionais (DAGNINO, 2011). Estas não se resumem apenas ao aspecto econômico, sendo definida pela Rede de Tecnologia Social no Brasil como, “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na integração com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (DAGNINO, 2011). A formulação dessas tecnologias possui uma abordagem local, se propondo a entender primeiramente o ambiente no qual existe a adversidade, tendo a

participação dos moradores como parte central do processo de desenvolvimento de alternativas — desde a identificação dos problemas, formas de possíveis atuações, implementação e avaliação —, dando-lhes maior possibilidade de autonomia e apropriação da técnica, uma vez que serão os responsáveis pela sua continuidade.

No Brasil estas propostas têm sido desenvolvidas com base empírica, com a inclusão da experiência de diversos atores, como organizações sociais e com base no conhecimento técnico-científico, advindos de universidades ou organismos públicos. Diversas experiências têm incluído a resolução de demandas causadas pela desigualdade e exclusão social precarização do trabalho, superação de baixa renda, alfabetização, problemas de saúde, falta de incentivos culturais, saneamento básico, entre diversos problemas para os quais soluções concretas e práticas podem resolver problemas levando em consideração o contexto e as condições de sua superação. Sendo criado um marco legal sobre este tema, a Lei nº 111 de 2011, que institui a Política Nacional de Tecnologia Social, que em seu artigo 1º define:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Tecnologia Social com o objetivo de promover, potencializar, organizar, desenvolver, fomentar e fortalecer as atividades de tecnologia social (Brasil, 1988).

Esta política estabelece como princípios o respeito aos direitos fundamentais e em especial o direito ao conhecimento e à educação; o direito de participar do patrimônio científico, tecnológico e cultural; direito à vida, à alimentação e à saúde; direito ao desenvolvimento; e o direito a usufruir dos benefícios gerados pela tecnologia. Um destaque importante é a sua proposta de promover a integração social entre o saber técnico acadêmico e popular, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local, assim como para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Um dos exemplos da criação e implementação das Tecnologias Sociais, seria a criação de hortas comunitárias em bairros e até mesmo em conjuntos habitacionais. Seu incentivo advém de diferentes clivagens existentes localmente, como a inexistência de feiras livres ou mercados próximos das moradias; como uma forma de gerar renda a comunidade, sendo a mesma responsável pela implementação até o resultado final da coleta e venda dos alimentos

in natura; pode surgir como destinação à alguma parte do terreno, dando-lhe uma função social, e até mesmo como uma proposta de construir áreas verdes na comunidade, etc. Pode existir diferentes pontos de partida aos quais engajam os moradores a buscarem alternativas às suas dificuldades, assim como cada horta pode atender a diferentes quesitos, sendo implementada de forma singular a cada local, como uma das características das TSs.

A criação de hortas comunitárias em habitações populares é o objeto de estudo da presente pesquisa, em que se estabelece como caso de análise o Projeto de Moradia Urbana com Tecnologia Social (MUTS), financiado pela Fundação Banco do Brasil com parceria da Rede Integração.

3. Metodologia

Com a intenção de compreender o processo de implementação de hortas comunitárias como tecnologia social em conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida, tendo assim esta pesquisa o caráter qualitativo. Para isto, por meio de revisão bibliográfica e análise documental foram discutidos a problematização da moradia urbana em relação ao alto déficit habitacional nacional, que possui como uma alternativa a criação de programas de habitações sociais, em especial o MCMV, atendendo ao dever do Estado de garantir o direito de acesso à moradia. O debate se estende a localização dos conjuntos habitacionais populares, que em muitos casos se concentram nas periferias dos centros urbanos, distantes de serviços e do acesso a uma alimentação saudável, sendo questionado o grau de *liveability* destas cidades, em especial São Paulo.

Identificou-se que uma alternativa para garantir o acesso a uma alimentação saudável aos moradores destes conjuntos seria a implementação de hortas comunitárias, promovendo além de benefícios à saúde, geração de renda e vivência comunitária. A partir disso, compreendendo as hortas como uma tecnologia social, buscou-se discutir a sua concepção e aplicação no contexto brasileiro para subsidiar a análise do Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social (MUTS), fomentado pela Fundação do Banco do Brasil e implementada nos conjuntos do MCMV.

De forma exploratória foi realizado o acompanhamento do Programa Minha Casa Minha Vida no município de Novo Hamburgo (RS), para análise do processo de implementação das políticas habitacionais no município.

Um dos caminhos metodológicos inicialmente pensados era a realização de imersões em campo, com observação ativa, conversas informais e entrevistas semi-estruturadas, para buscar revelar as condições estruturais do ambiente e as práticas adotadas pelos moradores para implementação de hortas comunitárias, especificamente em conjuntos que fizeram parte do MUTS. No entanto, diante do cenário da Pandemia do Covid-19, não foi possível realizar tal atividade, havendo uma redefinição de subtemas abordados, através de análises bibliográficas e entrevistas.

Dessa forma foram realizadas entrevistas com atores que fizeram parte do MUTS, mais especificamente de uma das instituições parceiras, a Rede Interação, sendo analisados os processos de implementação, os resultados obtidos, desafios e possíveis indicações de caminhos para o futuro do MUTS.

4. Descrição e Análise dos Resultados

4.1 O Programa Minha Casa Minha Vida

Criado em 2009 pelo Governo Federal na gestão do ex-presidente Lula, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) tinha como objetivo central facilitar a conquista da casa própria por famílias de baixa renda, além de contribuir para a geração de emprego e renda para os trabalhadores da construção civil, segundo o portal do Ministério das Cidades do Governo Federal. O MCMV superou 5,5 milhões de construções de casas e apartamentos, que segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) conseguiu reduzir o déficit habitacional em 2,8% ao ano, de 2010 a 2014.

As movimentações para a sua criação iniciaram-se em 2005, quando se instituiu o SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social), composto pelo Ministério das Cidades, o CONCIDADES (Conselho das Cidades), o CGFNHIS (Conselho do Fundo Nacional de Habitações de Interesse Social) e pelo FNHIS (Fundo Nacional de Habitação Social). A atuação destas instituições juntamente com a sociedade civil, fomentou a Política

Nacional de Habitações Populares (PNHP), com a criação e financiamento de programas direcionados à população mais vulnerável da sociedade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2016). A partir deste sistema de articulação, foi instituído o (FNHIS) Fundo Nacional de Habitação Social de caráter contábil na Constituição Federal de 1988, em 2006, visando:

[...]centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda, de acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº11.124, de 16 de junho de 2005.

O programa envolve os seguintes aspectos: a construção, aquisição e melhoria de unidades habitacionais em áreas urbanas ou rurais; que promovam a regularização fundiária; construção de infraestrutura e equipamentos urbanos que contemplem as habitações de interesse social; e recuperam e produzam imóveis em áreas deterioradas, centrais ou periféricas para fins de interesse social, receberam aplicações do FNHIS. Propõe-se condições mais acessíveis a financiamentos na construção e compra de casas, através de parcerias com estados e municípios, empresas e entidade sem fins lucrativos. As condições de financiamento se subdividem para cada faixa média de renda familiar:

FAIXAS	RENDA MENSAL POR FAMÍLIA	FINANCIAMENTO
FAIXA 1	até R\$ 1,8 mil reais	até 120 meses, com parcelas que variam de R\$ 80,00 a R\$ 270,00
FAIXA 1,5	até R\$ 2,6 mil reais	taxa de juros de 5% a.a com até 30 anos para pagar e subsídio de 47,5 mil reais
FAIXA 2	até R\$ 4 mil reais	taxa de juros de 5,5% a 7% a.a com até 30 anos para pagar e subsídio de 29 mil reais
FAIXA 3	até R\$ 7 mil reais	as taxas de juros se diferenciam em relação ao mercado, possuindo um prazo de pagamento de até 30 anos

Segundo dados do Ministério das Cidades de 2009, em Março de 2018 mostrou-se avanços da política no país. Sendo entregues 3.787.200 unidades, das 5.164.075 unidades contratadas, tendo um investimento total de 412,3 bilhões, segundo o relatório (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2018). Algumas das características do MCMV são a distribuição das unidades de acordo com o déficit habitacional das regiões; a seleção de municípios que até então havia um atendimento inferior à 50% do déficit; a construção de unidades habitacionais em áreas com maior infraestrutura — tendo o acesso a bancos, escolas, agências de correios, água encanada, iluminação nas ruas ao redor, rede de esgoto e pavimentação; um mínimo de 3% das unidades adaptadas a pessoas com deficiência e 3% destinadas a idosos.

No decorrer da implementação do programa surgiram diferentes críticas, gerando diversos debates. Segundo o artigo “Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica a Política Habitacional?” (KRAUSE, BALBIM e NETO, 2013), abordam o quanto a superação do déficit habitacional se tornou o segundo foco, tendo como principal o objetivo de aquecer a economia brasileira, especificamente o setor da construção civil, sendo considerado futuramente como um programa para o desenvolvimento do país. Além da percepção da inexistência de uma abordagem ambiental ao programa — observada no decorrer da realização desta pesquisa — como a inclusão obrigatória de áreas verdes nos projetos habitacionais, além de uma abordagem com os moradores em relação a este tema. A pesquisa a seguir aborda outros aspectos de avaliação.

4.2 A implementação e o grau de satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida

Em 2014, ocorreu a primeira publicação de uma pesquisa que avaliava a percepção dos moradores dos conjuntos do MCMV, a “Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida”, sendo realizada pelo Ministério das Cidades, juntamente com a Secretaria Nacional de Habitação e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Tendo como objetivo, capturar a percepção dos moradores da Faixa 1 com relação

aos atributos das moradias e ao aumento de bem-estar, para que se aprimore futuramente a execução do programa.

A base da análise é composta por 7.252 moradias, sendo 6.241 unidades amostradas nos estados de Amazonas, Maranhão, Pernambuco, e Rio de Janeiro e 1.011 entrevistas para cinco estudos de caso. Foram coletadas informações subjetivas dos moradores dos empreendimentos através de atributos pré estabelecidos como: (i) a funcionalidade da unidade habitacional; (ii) o entorno da moradia (empreendimento e vizinhança); (iii) a inserção urbana; e (iv) as despesas com a moradia. Aspectos como a segurança pública; qualidade da infraestrutura; o acesso aos meios de transporte e a distância do local de trabalho; a disponibilidade de escolas e postos de saúde; a qualidade do serviço de assistência social aos moradores e dos centros comerciais que ficam dentro e fora dos conjuntos, são também analisados.

O perfil dos entrevistados possuem idade média de 38,1 anos (Brasil com 38,5 anos). As mulheres formavam a maioria dos entrevistados, 77% — condizente a um total de 87,1% que assinaram o contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF) entre as beneficiárias da Faixa 1 do MCMV em 2013 — dentre estas, 52,6% são chefes de família. Em relação as autodeclarações raciais e os níveis educacionais, encontram-se no ANEXO 1. E o número médio de moradores por domicílio é de 3,73, representando cerca de uma família por residência (96,1%).

Diante do panorama geral dos entrevistados pertencentes aos empreendimentos da Faixa 1 do MCMV, foram criadas as notas médias de cada critério pré-estabelecido sobre as moradias e a melhora/aumento do bem-estar. Em relação aos critérios da unidade habitacional tem-se, a qualidade da iluminação, umidade, temperatura e distribuição de cômodos e área do imóvel. A melhor média está relacionada ao quesito iluminação (8,91), umidade (6,21) — estando inversamente relacionada ao quesito temperatura (5,34). Regiões mais quentes tendem a receber piores notas. Em média, os moradores distribuição estão confortáveis com a distribuição de cômodos (7,88), estando positivamente relacionada e área do imóvel (4,66).

Sobre o entorno dos empreendimentos — vizinhança, segurança do local, a disponibilidade de áreas de lazer e o trabalho social (acompanhamento de agentes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) —, demonstram menores médias em relação a

qualidade. Os moradores evidenciam que a vizinhança é boa, estando as médias regionais acima de 8 e a média nacional com 8,61, mas em relação a segurança as notas são baixas, os empreendimentos do Centro-Oeste puxam a nota ainda mais para baixo com 2,56, enquanto a média nacional é de 4,74. Em relação a lazer e trabalho social também são as menores, com 3,49 e 3,29 respectivamente. Segundo a pesquisa, os moradores valorizam mais o entorno agora urbanizado, em comparação às áreas insalubres que moravam antes, não dando tanta ênfase na disponibilidade de parques para as crianças, o incentivo de trabalhos sociais e a insegurança. Além de que os empreendimentos contratados entre 2009 e 2010 não exigiam trabalho social e recomendações para a construção de áreas de lazer, fazendo com que as famílias não tivessem um acompanhamento inicial no processo de mudança e na facilitação de resolução de problemas futuros, como citado na pesquisa.

No quesito inserção urbana, acesso à saúde, educação e transporte as médias nacionais são baixas. A disponibilidade de equipamentos de saúde (postos de atenção básica, hospitais, clínicas e prontos socorros) próximos aos empreendimentos são poucos, tendo uma média de 4,36. O acesso das criança a escola também é precário, entre os problemas relatados estão a localização distante das moradias, não tendo como as famílias pagarem as passagens; a falta de vaga nas escolas mais próximas, tendo a criança de permanecer em casa etc. Este aspecto recebe uma média nacional de 4,03. As distâncias dos empreendimentos aos postos de trabalho e aos centros das cidades são consideráveis, a pesquisa sugere que a demora para chegar dos empreendimentos ao centro não é decorrente a falta de meios de transporte, mas sim da construção dos conjuntos nas periferias (a média nacional é de 3,87).

Quanto ao aspecto do custo de vida dos moradores — como aluguel, transporte e despesas com água e luz —, evidencia-se um aumento dos gastos. Deve-se levar em consideração que, antes de morarem nos empreendimentos, os moradores residiam em áreas precárias, em que não havia saneamento básico e com distribuição de luz de forma irregular, através de “gatos de luz”, não pagando por estes serviços, além do acréscimo da conta condomínio. As novas despesas dos moradores representam cerca de 11,3% da renda familiar, na região Sul estes gastos aumentam para 14,2% da renda — a renda familiar média dos beneficiários é de R\$907,57 reais, à época da pesquisa, a maior renda média é da região Sul com R\$1.115,84 reais.

Em referência a análise de bem-estar dos beneficiários, foram analisadas três pontos: i) verificou-se a satisfação geral com a moradia; ii) a melhoria de vida; e iii) a intenção de permanecer na residência. Todos tiveram médias altas, observando um grau elevado de satisfação, evidenciando que houve uma melhora na qualidade de vida dos beneficiários, embora o conforto com a moradia não seja ideal e o custo médio de vida tenha aumentado, sendo necessário fazer melhorias e ampliar o relacionamento entre o governo e os beneficiários.

Os resultados da pesquisa demonstraram, segundo o próprio relatório, que há uma falha ao não captarem o histórico das famílias, de como viviam e suas origens, pois dependendo do grau da precariedade de como viviam, ao migrarem para uma outra região, com diferentes pessoas e um novo contexto social, podem influenciar positivamente ou negativamente no aspecto do bem-estar. Outro ponto que não foi abordado na pesquisa, que evidencia-se aqui, seria sobre a qualidade alimentar das famílias — se existem alimentos *in natura* na região, fornecidos por mercados ou feiras livres, se há incentivos da própria comunidade ou de agentes do CRAS para a criação de hortas comunitárias e demais projetos sociais, tornando esta uma questão importante para averiguar o nível da qualidade de vida da população, em termos de saúde e desenvolvimento local.

4.3 Aspectos da implementação do Minha Casa Minha Vida em Novo Hamburgo (RS)

Durante umas das viagens realizadas no curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas em 2019, dentro do programa de Imersão Local, identificou-se alguns processos no âmbito local sobre a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), no município de Novo Hamburgo (RS). Nesta experiência¹, foi realizado o acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, sendo observados desafios de gestão e indagações sobre possíveis caminhos para solucionar alguns pontos críticos da gestão.

O departamento responsável pela implementação do programa era a Diretoria de Habitação, além do cadastro de moradores desabrigados por contingências do meio em que

¹As informações foram coletadas a partir de uma imersão no Município de Novo Hamburgo (RS) em 2019 por uma das turmas do curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, na qual a autora deste trabalho fez parte, com o intuito de analisar a dinâmica local do município em diferentes secretarias.

vivem (desabamento, alagamento, incêndio) para a solicitação da *Bolsa Moradia* (entrega ao cidadão um kit pela prefeitura para que possa reconstruir sua moradia) e o *Aluguel Social* — a prefeitura contribui para esses cidadãos parcelas que chegam a R\$ 450,00 durante seis meses para que este possa pagar o aluguel em outra residência. Em relação à implementação do MCMV no município, durante o processo de construção das moradias, havia projetos em que se levava em consideração quem eram os futuros moradores, sendo feito uma análise das possíveis demandas dos mesmos como, a quantidade de idosos, crianças e deficientes, que exige diferentes demandas para seu atendimento. No entanto, havia projetos em que não se considerava quem seriam os moradores. As casas eram construídas, mas não se sabia as demandas, levantando assim problemáticas em relação ao grau de pertencimento ao local que os moradores teriam.

Uma outra problemática está sobre a padronização da estrutura das casas, em que não se leva em consideração a quantidade dos integrantes das famílias que apresentam diferentes estruturas familiares. Por último, existe um processo de adaptação para os futuros moradores do MCMV, em que são exigidas aulas para a orientação de como seria morar nos conjuntos, os direitos e deveres dos moradores e síndicos, uma vez que estes podem nunca ter passado pela experiência de morar em um condomínio e lidarem com possíveis desafios. Também devem ser oferecidas dinâmicas de interação entre os moradores em um prazo de dezoito meses após já estarem morando nos conjuntos. Estas aulas são obrigações da prefeitura de oferecer ou passarem para a iniciativa privada, o que gera indagações sobre a efetividade e a forma de como é recebida pelos futuros moradores e se há algum acompanhamento da prefeitura caso a iniciativa seja feita pela parceria privada.

4.4 Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social (MUTS)

O Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social (MUTS) foi promovido pela Fundação Banco do Brasil aplicado pela Rede Integração (Rede Internacional de Ação Comunitária), cadastrada como uma das instituições parceiras da Fundação do Banco do Brasil, na estruturação e coordenação do MUTS. Estas instituições, se cadastram a partir da abertura de editais junto ao Banco do Brasil para criação e implementação de iniciativas que

promovam a qualidade de vida dos cidadãos, sendo especificamente aqueles inseridos no MCMV da Faixa 1, financiados pelo Banco do Brasil.

As Tecnologias Sociais (TSs) são entendidas no projeto como uma alternativa democrática que busca aglutinar os conhecimentos populares, organização social e conhecimento técnico-científico, na criação e implementação de iniciativas para a superação de vulnerabilidades sociais, como pobreza, falta de acesso à educação, não acesso a alimentos *in natura*, etc. Segundo o projeto, estas podem oferecer e desenvolver as comunidades com temas associados à geração de renda, ao meio ambiente e/ou educação, formação de lideranças, entre outros. Dessa forma, o MUTS foi criado com o intuito de “replicar tecnologias sociais que contribuam para o fortalecimento dos laços entre as famílias e os moradores ao promover a participação coletiva e empoderamento das comunidades” (MUTS, 2019). Este foi concebido em três fases, e se encontra em sua terceira e última fase em 2019, atuando em 15 empreendimentos. O projeto já esteve presente em 75 empreendimentos, 19 Estados e 54 Municípios, abrangendo cerca de 42 mil unidades habitacionais (MUTS, 2019). Possui como objetivo central contribuir e potencializar o “Trabalho Social”, previsto em legislação para ser realizado nos conjuntos, além de fortalecer o protagonismo dos moradores para a sustentabilidade futura dos empreendimentos.

O Trabalho Social foi estabelecido pela Portaria nº 464/2018 do Ministério das Cidades como uma das responsabilidades das prefeituras que realizam o processo da implementação dos conjuntos habitacionais do MCMV. O objetivo deste serviço é o acompanhamento dos novos moradores dos conjuntos em quatro eixos principais: (1) Mobilização, organização e fortalecimento social; (2) Acompanhamento e gestão social da intervenção; (3) Educação ambiental e patrimonial; e (4) Desenvolvimento socioeconômico. No entanto, segundo o levantamento da implementação do MUTS, este trabalho não acontece na maioria dos conjuntos habitacionais, dificultando o desenvolvimento comunitário e levando a que moradores e outros atores coletivos tenham que assumir o papel da prefeitura. Possivelmente o Banco do Brasil criou a proposta do MUTS, dentro desse hiato percebido de ausência de ofertas de serviços de Trabalho Social pelas prefeituras.

O processo de aplicação do MUTS possui duas fases, a primeira leva em consideração a realização da iniciativa “Transformando Realidade por meio da Mobilização e Organização Comunitária”, desenvolvida pela Rede Interação com o intuito de promover a mobilização

comunitária dos moradores através inicialmente de um auto-recenseamento. Os moradores se organizam para realizar um censo no conjunto habitacional, para concentrarem-se no levantamento e análise das informações coletadas que ajudem na criação de diálogo e formação de parcerias com as Instituições Locais, a Prefeitura Municipal e a agência do Banco do Brasil responsável pela promoção do MCMV. Em seguida, estrutura-se o Grupo de Acompanhamento Local (GAL), para a construção de diálogo e acompanhamento das iniciativas conjuntamente com os moradores dos conjuntos (geralmente são feitas reuniões do GAL mensalmente, com os atores supracitados).

A segunda fase consiste na escolha de uma das quatro TS — estudadas e aprovadas pela Fundação do Banco do Brasil, sendo: (1) Criação de Bibliotecas Comunitárias, idealizado pela VAGA LUME — organização social que desenvolve projetos de educação, cultura e meio ambiente - desenvolvida em 2001 na cidade de Pedreira em São Paulo (SP), com o intuito de promover hábitos de leitura e incentivo à gestão comunitária; (2) Gestão Comunitárias de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana, mais conhecida como “Revolução dos Baldinhos”, desenvolvida pela CEPAGRO, realizada em Florianópolis (SC), com o tratamento dos resíduos urbanos através da compostagem, gerando adubo para o uso da comunidade ou sua comercialização; (3) Plantio Agroecológico de Alimentos em Meio Urbano: Hortas Urbanas, criada pelo Instituto PÓLIS (organização nacional que atua desde 1987 na construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas), sendo um dos focos da presente pesquisa, para a produção de alimentos orgânicos de consumo direto das famílias ou a sua comercialização; e (4) Joias Sustentáveis na Ilha das Flores em Porto Alegre (RS), desenvolvida pelo Instituto REDECRIAR, para a produção coletiva de objetos sustentáveis, além da separação de resíduos (MUTS, 2019).

Dois casos abordados pelo livro do MUTS sobre as hortas urbanas foram as do conjunto Tino Pereira (MG) e no Piacenza (PR), que serviram de iniciativa para o poder público local implementar, através das secretarias da agricultura locais, projetos que envolvessem a questão da sustentabilidade e alimentação saudável nos municípios. Houveram ampliações das hortas para mais espaços pelo município, demonstrando que a apropriação dos atores iniciais pelo projeto pode ampliar os resultados além dos muros dos conjuntos.

A partir do relatório emitido pela Rede Interação, entre os resultados da implementação das hortas urbanas, houve a geração de renda às famílias envolvidas; a

ressignificação do ambiente que foi transformado em horta. Em alguns conjuntos, haviam terrenos baldios que traziam inseguranças à comunidade, e em alguns casos serviam de depósito de lixo ou de restos de construção; a mudança do comportamento entre os vizinhos, gerando um maior contato entre eles, criando amizades e aumentando o sentimento de segurança pelo local. Havia também o trabalho da formação das famílias envolvidas para o início das plantações, em relação ao manuseio de equipamentos, da terra e sementes. A participação das instituições locais, como Ongs e instituições de ensino estiveram presentes em algumas hortas, com o intuito de formar os moradores sobre o uso do solo e técnicas de plantio. Um dos problemas identificados foi a possível dificuldade de encontrar terrenos ideais para a plantação, alguns conjuntos não haviam este espaço, caso não houvesse a doação do terreno pela prefeitura, estes então trocavam de TS.

De acordo com os dados gerais apresentados pelo relatório de 2019 do MUTS, entre 2015 e 2018, dos 60 empreendimentos, 31 implementaram como primeira tecnologia social as hortas comunitárias e 4 conjuntos iniciaram com a gestão de resíduos orgânicos. Isto demonstra que a preocupação com a saúde alimentar e a geração de renda extra é algo presente dentre os beneficiários do MCMV, que vai na contramão do cenário de desigualdade social, aos quais estão inseridos. Este pode ser um indicativo de que a disseminação de hortas comunitárias dentre os centros urbanos pode colher bons frutos no futuro, como a inclusão social e o aumento do bem estar e qualidade de vida da população.

O projeto teve seu fim em Março de 2020, sendo realizadas as últimas interações com os projetos nos conjuntos antes do início da pandemia de Covid-19. Para esta pesquisa foram realizadas entrevistas com duas pessoas que fizeram parte da estruturação e acompanhamento do MUTS. Estas faziam parte da equipe da Rede interação, Fernanda Lima, que até 2017 atuou como Gerente de Projetos e Altemir Almeida, fundador da Rede Interação, que acompanhou até o final a implementação do MUTS.

Segundo Altemir, era comum os conjuntos do MCMV não terem um acompanhamento do Trabalho Social, oferecido pelas prefeituras municipais, sendo um dificultador para a implementação do projeto que tinha em torno uma duração, em média de 8 a 12 meses. Os trabalhos sociais promoviam um acompanhamento dos moradores e empoderamento dos mesmos. Sendo colocado então como requisito prévio da entrada do MUTS nos conjuntos a existência de que ao menos a prefeitura tivesse contratado o Trabalho

Social — requisito estipulado pela Rede Integração à Fundação do Banco do Brasil na segunda fase de readequação do projeto. Um outro dificultador, mas que em nenhum momento impediu o andamento do projeto, foi a presença massiva do tráfico de drogas nos conjuntos.

Entre as perspectivas do MUTS pelos entrevistados, a escolha pela implementação de hortas entre as outras tecnologias ocorreu em sua maioria no início do projeto, sendo uma das tecnologias mais acessíveis em termos dos resultados à comunidade e de serem mais facilmente compreendidas; o trabalho social implementado inicialmente pelas prefeituras em alguns conjuntos — atividade não realizada na maioria dos conjuntos financiados pelo Banco do Brasil — fortaleceram a implementação do MUTS, uma vez que já havia alguma comunicação e criação de relacionamentos entre os moradores e a prefeitura; o tráfico de drogas estava presente em todos os conjuntos, mas não gerou-se embates e empecilhos para a implementação do projeto; o MUTS é uma iniciativa que segundo os entrevistados, pode ser implementada em quaisquer empreendimentos, desde que haja o envolvimento dos atores como a prefeitura, das agências que financiam o MCMV e de instituições locais, pois não é uma iniciativa de propriedade da Fundação Banco do Brasil.

4.5 Análise dos Resultados de Pesquisa

O Programa Minha Casa Minha Vida proporcionou o acesso gradual à moradia de uma população à margem do sistema nos últimos dez anos. No entanto, ainda há vários desafios no alcance de uma boa qualidade de vida e moradia digna. Pessoas que habitavam ambientes insalubres, com infração de diversos direitos básicos, hoje beneficiados pelo programa supracitado, como elucida Fernanda Lima em sua entrevista, possuem problemas e desafios agora dos que “tem teto”, sendo necessárias iniciativas de superação diferentes a cada contexto.

Alguns achados da pesquisa foram a diferença do grau de comprometimento dos municípios em implementar o Trabalho Social nos conjuntos, atribuição legal das prefeituras. Na execução do projeto MUTS foram encontrados níveis inferiores ao esperado. Outro aspecto relevante, é que o início do acompanhamento das famílias beneficiadas deve ser levado em consideração antes do momento em que passam a residir nas novas moradias. Para

isto, é necessário que haja a criação de um vínculo entre os moradores e a prefeitura, uma vez que demonstrou-se que não é uma experiência sabida sobre como é morar nos conjuntos. Entre as atividades têm-se, por exemplo, a identificação das responsabilidades de cada um; na resolução de problemas cotidianos, como a troca de lâmpadas queimadas nas áreas em comum; quem procurar quando houver problemas estruturais da construção; e na formação de grupos que promovam atividades dentro do conjunto. Estas situações também estavam presentes nos conjuntos em que foi realizada a pesquisa de satisfação dos beneficiários do MCMV em 2014, pelo IPEA.

Estes exemplos de problemas foram alguns dos objetos da criação do MUTS. Uma experiência diferente foi observada em Novo Hamburgo (RS) na implementação do Trabalho Social, em que foi possível acompanhar uma das reuniões com os moradores sobre como seria conviver nos conjuntos habitacionais. Haviam se reunido no pátio de uma das escolas do bairro onde os futuros beneficiários eram residentes, sendo feito uma lista de presença, para o acompanhamento da assiduidade dos beneficiários ao final da reunião, uma pesquisa de qualidade ao fim da reunião a partir da opinião dos beneficiários transcritos em uma ficha de papel, para que a prefeitura pudesse estar a par da efetividade da mesma.

Um problema comum evidenciado foi a presença do tráfico de drogas nos conjuntos, referenciada na pesquisa de satisfação em 2014 e nas entrevistas com Fernanda Lima e Altemir Almeida. No entanto, em nenhum momento houve a interrupção da implementação do MUTS por este tipo de problema, mas desde o início foi necessária a criação de um diálogo, demonstrando quais seriam os processos e o que traria de resultados nos conjuntos.

Entre fatores que favorecem a implementação, pode-se aferir que o grau de envolvimento dos moradores do conjunto é um fator importante para a criação de iniciativas. É necessário que um Trabalho Social seja feito, uma vez que estes podem advir de áreas e contextos diferentes, antes de habitarem os conjuntos, não havendo nenhuma interação entre os moradores. Segundo os entrevistados, o MUTS obteve grandes resultados nesse quesito, uma vez que a primeira atividade envolvia o auto-recenseamento, iniciativa que engajou e ampliou o nível de relacionamento entre os moradores, uma vez que participavam de entrevistas no conjunto para levantamento das informações de como viviam.

5. Considerações Finais

O objetivo geral desta pesquisa foi a compreensão dos resultados gerados e perspectivas para a implementação de hortas comunitárias em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, com foco no Projeto de Moradia com Tecnologia Social. Como objetivo complementar buscou-se analisar os fatores que favorecem e os que limitam a replicabilidade do MUTS nos conjuntos habitacionais

Na realização do trabalho, pode-se evidenciar o debate sobre a garantia de direitos básicos à população no Brasil, focalizando mais especificamente o acesso à moradia digna e o direito a uma alimentação saudável. anal

Como discutido, uma moradia digna inclui diferentes aspectos na vida dos cidadãos que superam a existência de um “teto”, mas também a segurança, poder garantir o acesso a educação, a alimentação, saneamento, entre outros fatores. É possível observar o quanto ainda é necessário o entendimento e compromisso da administração pública em construir moradias de qualidade financiadas para a população mais pobre. Diversos requisitos devem ser estipulados para que estas garantam o mínimo aos moradores, e que isto não seja considerado um privilégio aos beneficiários, uma vez que este direito está assegurado na constituição.

Esta perspectiva está presente na Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do MCMV quando são elucidados problemas na criação dos projetos e após a construção, sendo estes marcados pelo falta de comunicação entre as construtoras com os futuros beneficiários para que definem detalhes do projeto, além da própria compra dos materiais sem qualidade. Após um período as residências passam a se deteriorar — situações também presente durante o MUTS. Sendo assim possível questionar o grau de comprometimento dos poderes públicos locais em apenas entregar os conjuntos para que receba as honras da efetiva entrega, ou se há a preocupação com a qualidade da entrega e do bem-estar dos moradores em primeiro lugar. Um exemplo deste caso, remete a recente medida provisória 996/2020 que substituiu o Programa Minha Casa Minha Vida pelo Programa Casa Verde e Amarela, com alterações no novas prerrogativas em termos de financiamento, regularização fundiária, melhoria e produção habitacional, findando quase 10 anos do MCMV, para superar o legado dos governos petistas.

Um segundo aspecto observado, remete a introdução de hortas no meio urbano que por mais que esteja ganhando espaço nas grandes cidades, pode-se questionar o grau de

dificuldade e engajamento dos moradores à implementação, por não estarem, por exemplo, habituados a esta prática. Esse cenário se diferencia quando ocorrido em municípios em que a maior parte da mão de obra se concentra no meio rural. Neste sentido, pode ser crucial o fortalecimento de movimentos locais e de criação de iniciativas da prefeitura para que promovam esse conhecimento e engajamento, uma vez que como parte deste tipo de tecnologia social há um incentivo de mobilização da população como responsáveis pela mesma. Vale ressaltar, como demonstrado na pesquisa, que é importante ter diferentes expectativas em relação a mobilização local, levando em consideração que nem todos os moradores farão parte, cabendo a elas o seu direito de escolha sobre esta integração. Isto leva à compreensão sobre a frustração de que nem sempre todos estarão interessados em fazer parte acaba sendo algo comum e deve ser compreendido, afinal, qualidade não necessariamente é sinônimo de quantidade.

Pautando-se para recomendações futuras, observou-se o quanto o campo de tecnologias sociais pode ser uma grande aposta para o futuro, uma vez que os problemas sociais tendem a se tornar mais complexos. Elas podem ser uma alternativa às tecnologias convencionais, que fortalecem os laços sociais dos moradores das comunidades, fazendo prevalecer sua cultura e características tradicionais, para além da busca de um desenvolvimento construído fora do contexto local. Uma segunda recomendação seria a análise do grau da viabilidade da construção de uma plataforma que integrasse os conjuntos habitacionais do MCMV para o fortalecimento do intercâmbio de iniciativas locais, engajamento e apropriação dos moradores na busca de solucionar problemas comuns entre os conjuntos.

Isto posto, para garantir melhores condições de vida, a criação de projetos que incluem parcerias entre a comunidade e o governo local podem ser uma solução, considerando-se a capacidade de aproximação do histórico e do cotidiano dessas populações e que não necessariamente a alternativa mais tecnológica ou de ponta, pode de fato trazer o bem-estar.

6. Referências

AGÊNCIA SENADO. **MP cria programa Casa Verde Amarela no lugar do Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/26/mp-cria-programa-casa-verde-amarela-no-lugar-do-minha-casa-minha-vida>>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2011. Institui a Política Nacional de Tecnologia Social.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Parques e Áreas Verdes**. Disponível em:
<<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes.html>>.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Minha Casa, Minha Vida números de 2009 a março de 2018**. Distrito Federal, junho 2018. Disponível em:
<file:///C:/Users/crism/Documents/Giovanna/apresentacao_Ministerio%20das%20Cidades.pdf>.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano de Dados Abertos 2018-2019 Versão 1.0**. Distrito Federal, 2018. Disponível em:
<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Plano_1321879_Plano_de_Dados_Abertos_do_MCID_com_Anexos_030762018_.pdf>.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa Minha Casa, Minha Vida**. 24 de Março de 2016. Disponível em: <<https://www.mdr.gov.br/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>>.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Conselho das Cidades**. Distrito Federal, 2014. Disponível em: <<http://cidades.gov.br/conselho-das-cidades>>.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, 2019**. Disponível em: <<http://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FNHIS/detalhe/sobre/>>.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa, Minha Vida - Habitação Urbana**. 2020. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>.

CBIC. **Em 10 anos, ‘Minha Casa, Vida Vida’ impacta déficit e promove desenvolvimento social**. 2019. Disponível em: <<https://cbic.org.br/em-10-anos-minha-casa-vida-vida-impacta-deficit-e-promove-desenvolvimento-social/>>.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social: base conceitual**. Revista do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina. Ciência & Tecnologia Social, a construção crítica da tecnologia pelos setores sociais. vol 1 - nº1 - julho de 2011.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Moradia Urbana com Tecnologia social**. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional do Brasil em 2015**. Belo Horizonte: Diretoria de Estatística e Informações (DIREI), 2018. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76871&codUsuario=0>>.

G1. **Desigualdade de renda no Brasil atinge o maior patamar já registrado**. Economia. 21 Maio de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/21/desigualdade-de-renda-no-brasil-atinge-o-maior-patamar-ja-registrado-diz-fgvibre.ghtml>>.

HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. **Melhoria Habitacional - Porque cada pessoa deve viver em um lugar digno**. 2020. Disponível em: <<https://habitatbrasil.org.br/projetos/melhoria-habitacional/>>.

HERRERA, A. **Transferencia de tecnología y tecnologías apropiadas: contribución a una visión prospectiva a largo plazo.** Unicamp, 1983. Mimeogr.

IPEA. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida.** Brasília, DF, 2014.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; NETO, Vicente Correia Lima (2013): **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica política habitacional?**, Texto para Discussão, No. 1853, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91386/1/766214109.pdf>>.

MACHADO, A. T. e Machado, C. T. (2002). **Agricultura urbana, Documentos Embrapa Cerrados, Planaltina, DF, 25 p.**

MELO, L. P. **OS BENEFÍCIOS DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA PARA A SUSTENTABILIDADE DA CIDADE DE MACAPÁ-AP.** 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. 2016. Disponível em: <<http://www.fau.ufal.br/evento/pluris2016/files/Tema%204%20-%20Planejamento%20Regional%20e%20Urbano/Paper1342.pdf>>.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Adesão ao Sistema e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social SNHIS/FNHIS Lei nº 11.124/05.** Distrito Federal, 2006. Disponível em: <http://www.minhacasaminhaveda.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Conteudo_Oficinas.pdf>.

MOUGEOT, L **Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture.** Ottawa: Earthscan, IDRC, 2005.

MOUGEOT, L. **Urban Agriculture: definition, presence, potentials and risks.** In: Bakker, Nico, et al. (Eds). *Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda.* German Foundation for International Development, Feldafing, Germany, 2000.

MUDA SP. **Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo.** Disponível em: <<http://muda.org.br/>>.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.**

PETRO, G. **Deserto Alimentar: Comida saudável mesmo é comida de verdade. Mas quem tem acesso a ela?**. UOL, 2019. Disponível em:
<<https://tab.uol.com.br/deserto-comida#deserto-alimentar?cmpid=copiaecola>>.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade**. 2019. Disponível em:
<https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa_Desigualdade_2019_tabelas.pdf>.

ROLNIK, R; et all. **Programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação**. São Paulo. Cad. Metrop. São Paulo, v. 17, n.33, pp.127-154, maio 2015.

VAN MONTFORT, C; MICHELS, A. **Partnerships for livable cities**. 2000. Disponível em:
<<http://www.ippapublicpolicy.org/panel/pdfPanel.php?panel=11&conference=7>>.

7. ANEXOS

ANEXO 1. PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Em relação a autodeclaração racial dos entrevistados, pode-se identificar através da tabela que ao menos, metade dos moradores são pardos, seguidos de brancos e pretos.

Raça	% de autoidentificação dos moradores entrevistados do MCMV da Faixa 1 até 2014 (IPEA, 2014).
Amarelo	0,3
Branco	35,8
Indígena	0,4
Pardo	49,5
Preto	14,1

Fonte: retirado da própria pesquisa de satisfação.

Sobre a média brasileira do grau de escolaridade nestes empreendimentos, majoritariamente os moradores possuem o ensino fundamental incompleto, com 46,8% e a menor são de moradores com graduação ou pós-graduação com 1,2%.

ANEXO 2. QUESTIONÁRIO AOS ENTREVISTADOS

1. Qual era seu papel no projeto e por quanto tempo você fez parte?
2. O que direcionou o grupo a focar em iniciativas para os conjuntos do MCMV?
3. Como foi o processo de se tornar parceiro da Fundação do Banco do Brasil para guiar o projeto. Vocês veem possibilidade de continuidade?
4. Quais são as fases do projeto que considera mais difíceis? Mudaria algum processo?
5. Qual a média de duração da implementação dos projetos?
6. Como foi o processo de escolha dos conjuntos? Quais os fatores que influenciaram na escolha destes? Acrescentariam novos critérios para escolha dos mesmo?
7. Como você percebe a importância de hortas nos conjuntos, diante a quantidade em que foram implementadas (de um total de 60 empreendimentos, estavam presentes em 30, com 13 no Nordeste)? Quais as preocupações dos moradores para que a selecionassem, em modo geral?
8. Qual o perfil dos interessados em criar hortas nos conjuntos? (idoso, adultos, jovens, trabalhadores, desempregados, homens, mulheres etc.)
9. Como foi a receptividade dos moradores para os projetos de hortas? Quais as condições necessárias para continuidade?
10. Quão importante o papel de uma liderança local para fazer a ponte entre as instituições e o conjunto?
11. Houve prefeituras que acolheram bem os projetos e outras não? Quais os motivos?

12. Havia fatores semelhantes em cada conjunto que aumentavam a chance de sucesso da implementação do projeto, que não foram explorados na publicação de outubro de 2019 ?
O que também poderia prejudicar?

13. Quais os aprendizados sobre a implementação de hortas nos conjuntos?

14. A pandemia de Covid 19 afetou de alguma forma os projetos?